



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Território, Planejamento, Desenvolvimento e Conflito

Utopia e distopia: a cidade que temos, a cidade que queremos.

Débora Guedes¹

Resumo. Diante da longevidade, indaga-se se as cidades estão preparadas para lidar com as características biopsicossociais do envelhecimento humano. Este estudo busca, à luz dos conceitos de Distopia e Utopia e do depoimento de 15 idosos, moradores de diferentes regiões do município de São José dos Campos/SP, analisar a opinião desses em relação à cidade que vivem e a projeção de cidade ideal para se envelhecer. Concluiu-se que, futuramente, é mister que haja políticas de intervenções integradas que assegurem direitos da população idosa. Nesse sentido, projetar utopias é crer que o melhor dos mundos não é apenas pensável, mas também possível.

Palavras-chave: Planejamento Urbano; Envelhecimento; Utopia; Distopia.

Abstract: Faced with longevity, it is questioned whether cities are prepared to deal with the biopsychosocial characteristics of human aging. This study seeks, in the light of the concepts of Dystopia and Utopia and the testimony of 15 elderly people, residents of different regions of the municipality of São José dos Campos/SP, to analyze their opinion in relation to the city they live in and the projection of an ideal city for them to get old. It was concluded that, in the future, it is necessary to have policies of integrated interventions that ensure the rights of the elderly population. In this sense, designing utopias is believing that the best of all worlds is not only thinkable, but also possible.

Keywords: Urban Planning; Getting old; Utopia; Dystopia.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento e a urbanização são questões para o século XXI. A população urbana, dobrará até 2050, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Atualmente, a população idosa mundial chega a cerca de 841 milhões; em 2050, essa população será de quase 2 bilhões. No Brasil, atualmente este número ultrapassa os 29 milhões e a expectativa, para 2060, é que suba a 73 milhões de pessoas com 60 anos ou mais.

Em São José dos Campos (SJC), a população vivendo em região urbana corresponde a 97,4%. Neste município, o segmento com 60 anos ou mais é igual a 14,8% da população total, com projeção para 2050 de 27,9%. Este dado é relevante pois a densidade demográfica é de 178,5% e o grau de urbanização é de 96,4%, no estado de São Paulo (SEADE, 2019).

¹ Gerontóloga, Assistente Social e Docente do Curso de Serviço Social na Universidade do Vale do Paraíba, Coordenadora da Faculdade da Terceira Idade da Univap, Referencia da Extensão Universitária da Faculdade de Ciências da Saúde Univap, Doutora em Planejamento Urbano e Regional título, deborawo@univap.br



Considerando as projeções de um alto índice de longevidade para 2050, busca-se refletir sobre as reais condições das cidades para atender as demandas da população idosa e as representações de cidade ideal para acomodar as necessidades dessa população. Nesse sentido, é preciso repensar o lugar dos idosos nas cidades e implantar nova cultura do envelhecimento. Esse artigo objetiva apresentar as representações de cidades pelos idosos, em suas dimensões reais e utópicas. Sabendo-se que a realidade vivida é substrato para as projeções sobre algo, interessa-nos saber sobre a cidade real, que condiciona a imaginação a criar o espaço ideal para manutenção plena da vida. Para isso, propõe-se realizar um estudo sobre as críticas que os idosos da cidade de SJ, sede da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, fazem sobre os espaços urbanos que habitam e a cidade que vivem, bem como os desejos projetados para o espaço e cidades da imaginação utópica como forma de se pensar cidades possíveis. Pensar hoje nas cidades ideais para acomodar os que vão envelhecer daqui a 30 anos constitui um exercício que permitirá o desenvolvimento de programas e serviços para melhoraria da qualidade de vida da população de áreas urbanas.

O estudo traz a história de vida de 15 pessoas idosas de diferentes regiões da cidade. Considerou-se como critério de inclusão a disponibilidade de idosos com 65 anos ou mais que estão envelhecendo em SJ. Foi mantido o anonimato dos participantes adotando-se um código com as letras PP, de Participante da Pesquisa, acompanhado do número de ordem de concessão da entrevista (PP1, PP2, PP3 e assim por diante).

O artigo divide-se em quatro seções. A primeira traz os dados de transição demográfica e longevidade da população no contexto mundial e brasileiro. A segunda seção contém uma breve história dos direitos dos idosos. A terceira seção trata dos conceitos de utopia e distopia. A quarta e última seção traz a utopia e a distopia a partir da visão de cidade ideal e real, na perspectiva de 15 idosos, moradores da cidade de SJ. Evidenciou-se a lógica perversa do regime neoliberal sobretudo nos centros urbanos desenvolvidos, com deficiências conjunturais quando se trata de atender às demandas básicas da população em geral e, em específico, do idoso.

TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E LONGEVIDADE NO CONTEXTO MUNDIAL E BRASILEIRO

Segundo a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), a OMS considera um país envelhecido quando 14% da população possui mais de 65 anos. Na França, este processo levou 115 anos. Na Suécia, 85 anos. No Brasil, levará pouco mais de duas décadas, sendo considerado um país velho em 2032, quando 32,5 milhões dos mais de 226 milhões de brasileiros terão 65 anos ou mais (SBGG, 2019).

A longevidade da população mundial e brasileira aumentou bastante durante o século XX. É cada vez maior o número de pessoas que vivem acima dos 100 anos de idade (ALVES, 2014). Com o advento de novas tecnologias, melhorias no saneamento básico e avanços na área da saúde, a tendência é de aumento progressivo na longevidade humana. Entretanto, quanto mais longa, mais envelhecida é a pessoa.

O Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), Lei Orgânica do Estado Brasileiro, de 2004, destinada a regulamentar os direitos assegurados às pessoas idosas resultou do esforço de várias entidades voltadas para a defesa dos direitos dos idosos no país, entre as quais, a SBGG e demais profissionais das áreas da saúde, direitos humanos e assistência social, além de parlamentares do Congresso Nacional (MACHADO, 2019).

As projeções da Divisão de População da ONU (2019) mostram que os idosos brasileiros de “65 anos e mais” deverão passar de 10 milhões para 50 milhões entre 2000 e 2050 e os idosos de “80 anos e mais” deverão passar de 1,7 milhão para quase 14 milhões no mesmo período. Com a população idosa aumentando em ritmo superior ao de outros grupos etários, percebe-se que o envelhecimento populacional brasileiro é inevitável (ALVES, 2010).

Considerando as projeções sobre a taxa de fecundidade em 2050 - projeção alta = 2,35 filhos por mulher; projeção média = 1,85 filhos por mulher; e projeção baixa = 1,35



filhos por mulher -, caso prevaleça a projeção de alta fecundidade no Brasil, a população idosa será de 16% da população total em 2050; caso prevaleça a projeção média de fecundidade, a população de “65 anos e mais” representará 20% da população total e, no caso da projeção de baixa fecundidade, a população idosa será de 23% em 2050 (ALVES, 2010).

O envelhecimento populacional e a urbanização das cidades caracterizam realidades marcantes do século XXI. Diante dos dados da longevidade da população pergunta-se se as cidades estão preparadas para atender a essa população com projeções de crescimento em um futuro muito próximo?

BREVE HISTÓRIA DOS DIREITOS DOS IDOSOS NO BRASIL

A busca pelas garantias de direitos dos idosos no Brasil teve início em um momento de transição, quando os aposentados e pensionistas passaram a expressar de forma organizada suas demandas. Os idosos tornaram-se interlocutores legítimos de seus direitos promovendo a política para o espaço da vida cotidiana, priorizando a ação direta e buscando exercer a democracia nas várias instâncias da vida social.

No final da década de 1980 o envelhecimento da população era preocupação exclusiva dos profissionais da área da demografia, do campo médico e social que produziram reflexões, estudos e ações a respeito do envelhecimento, a longevidade e a velhice (MACHADO, 2019). Preocupavam-se com o envelhecimento, a falta de proteção social e de investimentos públicos para o segmento. Por sua vez, pensionistas e aposentados já se organizavam em Associações de Aposentados e Pensionistas e Federações que participaram ativamente da Constituinte em 1988.

Em 1979 foi criada uma Comissão Especial de Gerontologia Social, composta por profissionais de vários campos do conhecimento, dando origem então à SBBG. Já “em 1985 é fundada a Associação Nacional de Gerontologia, entidade técnico científica com o objetivo de lutar pela melhoria de condições de vida da população idosa brasileira” (MACHADO, 2019).

Não obstante, a expansão rápida da população idosa no Brasil fez com que no início dos anos 1990 já se falasse no envelhecimento como um novo fenômeno no país. Nesse panorama surgem grupos diferenciados e movimentos de idosos com sugestões de organização, como é o caso das leis orgânicas e da criação dos Fóruns de Idosos na cidade de São Paulo, pautando discussões na busca de direitos em 2000.

No aspecto profissional foram criados cursos de gerontologia e geriatria, universidades abertas à terceira idade e programas de atendimento aos idosos em instituições privadas. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, a Política Nacional do Idoso (PNI), de 1994 (BRASIL, 1994); o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Idosa (CNDI), de 2002; o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) e outros dispositivos.

No entanto, por mais que se tenham políticas de amparo aos idosos, não há, por outro lado, uma cultura política de proteção desse segmento. Entre utopia e distopia, a projeção imaginária de uma sociedade justa se contrapõe à realidade distópica vivida, levando a crer que os marcos regulatórios, por mais que sejam considerados avanços sociais, ainda estão longe de promover a justiça social.

EM TORNO DA UTOPIA E DISTOPIA

Utopia, obra do inglês Thomas More, escrita em 1516, período de transformação do sistema feudal ao capitalista - cuja expressão máxima, à época, centrava-se na liberalização da economia, privatização das terras coletivas e expulsão dos camponeses do campo para engrossar as hordas da população trabalhadora urbana. Desencantado com a realidade distópica em que vivia, onde o campo se organizava por outra lógica, da exploração da força de trabalho e desapropriação da população camponesa, Morus (1516), chanceler do rei Henrique VIII, enxergou, por sua lente revestida de religiosidade, a crueldade devassadora daquele cenário de transição provocada pelo cercamento das terras.



A Utopia, neologismo que surge da associação da palavra *Tópos* (de origem grega), que significa lugar, mais o prefixo negativo U, seria algo em torno do “não-lugar”, resistiu ao tempo, emprestando seu significado às condições idealizadas, implausíveis, impraticáveis.

Apesar do termo estar ligado a construções imaginárias de sociedades perfeitas, na ilha de Morus, o poder masculino e geracional reina. Por mais imaginativa que seja a faculdade humana, ela é ambientada no contexto vivido, na perspectiva histórico-cultural. No campo da produção imaginária, a “matéria prima” são as imagens humanas, ou seja, as condições históricas que situam o ser humano e lhe dão suporte para a perspectiva da criação.

Há cerca de 350 anos depois da publicação da obra de Morus, outro inglês, o filósofo e economista John Stuart Mill, foi um dos primeiros a mencionar a palavra “distopia” durante um discurso no parlamento britânico em 1868. Seu objetivo era denunciar a política fundiária do governo na Irlanda, cujos responsáveis, na sua opinião, deveriam ser chamados de distópicos, por proporem algo impraticável, portanto, ruim (GEETHA, 2014).

Embora atualmente bastante citado, esse vocábulo não foi ainda explorado de forma conceitual. Distopia é um termo bastante utilizado na literatura de ficção científica e, como o nome sugere, é algo contrário à utopia; associado ao que se considera negativo e disfuncional. É o que foi retratado em “1984”, por George Orwell, e em “Admirável Mundo Novo”, por Aldous Huxley, exemplos literários de previsão de um futuro nefasto. As conquistas tecnológicas são utilizadas também como instrumentos de monitoramento dos indivíduos, da Nação ou de grupos empresariais (GEETHA, 2014). As distopias são utopias negativas que podem parecer verdadeiras toda vez que reconhecemos em nossa realidade cotidiana situações que parecem dar razão ao sombrio pessimismo de nossa realidade (ECO, 2013).

Na perspectiva desse artigo, a utopia e a distopia serão tratadas como categorias de análise nos moldes pensados por Bobbio, como um recurso metodológico para refletir acerca da certeza de um futuro não tão longínquo (BOBBIO, 1992). Para Karl Mannheim (1967, p. 234),

a mentalidade utópica pressupõe não somente estar em contradição com a realidade presente, mas também romper os liames da ordem existente[...]. Transcende a situação histórica enquanto orienta a conduta para elementos que a realidade presente não contém; portanto, não é ideologia na medida em que consegue transformar a ordem existente numa forma mais de acordo com as próprias concepções. Utopia é, isto sim, inatuável somente do ponto de vista de uma determinada ordem social já sedimentada.

Tendo como referência que a utopia se resume ao desejo de uma vida melhor e que foi traduzida para pensar parâmetros sociais, regras de organização da cidade e da política da cidade, o artigo visa perscrutar as falas e desejos de idosos, bem como as projeções de cidades, que carregam consigo valores subjetivos. Nessa concepção, cidade e espaço compõem uma verdadeira poética inerente ao fazer utópico (e distópico), uma vez que todas as utopias propõem questionamentos.

A CIDADE IDEAL E A REAL NA PERSPECTIVA DE IDOSOS

A Utopia traz a ruptura com os velhos padrões da sociedade e propõe, por meio de uma meta narrativa, a busca em direção ao modelo ideal de sociedade, em que o homem é dotado de capacidade e força não só para conhecer a realidade, mas sobretudo para transformá-la (CHAUÍ, 2016, p. 34).

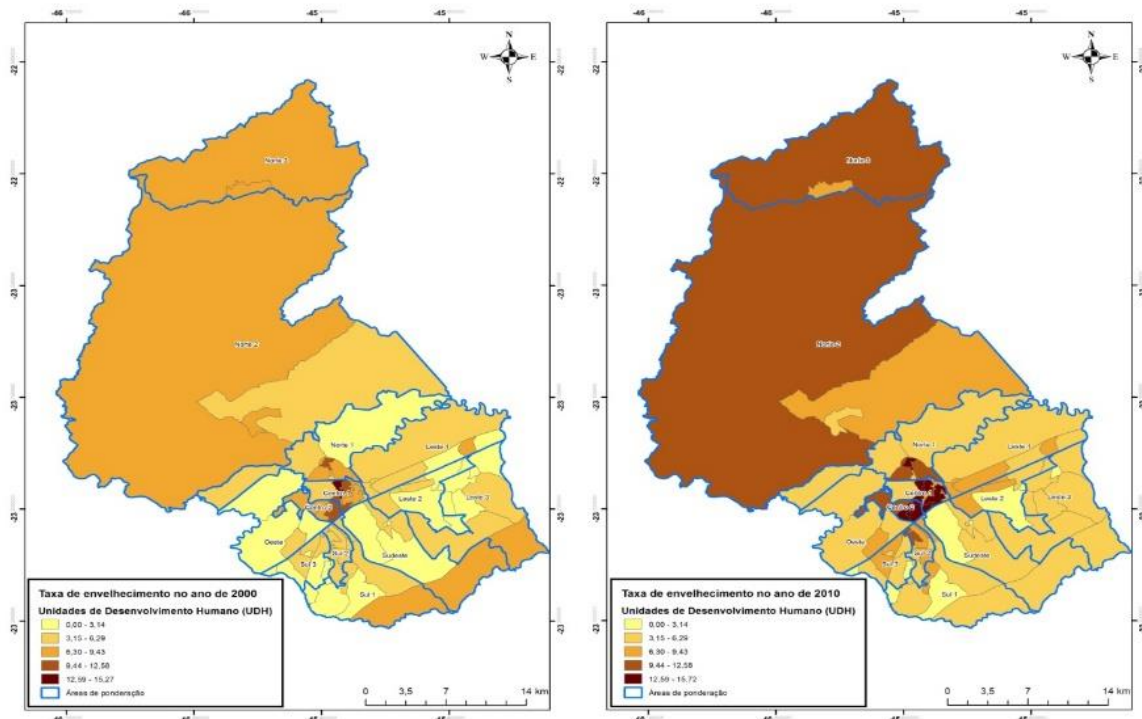
O município de SJC faz parte dos primeiros povoamentos da região, criado a partir de um aldeamento jesuíta de redução de indígenas. Seu desenvolvimento se deu de forma lenta, somente no final do século XIX, quando começam a aparecer as primeiras fábricas, é que o município consegue certo alento econômico e quando, em 1935, se tornou referência no tratamento da tuberculose. Porém, seu salto de desenvolvimento se deu na metade do século XX, com a chegada da Rodovia Presidente Dutra, do CTA (Centro Técnico



Aeroespacial) e do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), tornando-se a partir da década de 1970, um polo tecnológico, científico e informacional. Atualmente, o município possui importantes centros de ensino e pesquisa, tais como o Instituto de Estudos Avançados (IEAV), Parques Tecnológicos e diferentes universidades.

Em 2014, a população municipal foi estimada pelo IBGE em 681.036 habitantes sendo, neste ano, o sétimo mais populoso de São Paulo e o 27º de todo o país. De acordo com dados municipais, 98% vivem na zona urbana. Em 2010, o seu índice de Desenvolvimento Humano era de 0,807, considerado elevado em relação ao restante do país, sendo o 12º maior do estado (IBGE, 2010). No município, a projeção de envelhecimento está coerente com o fenômeno em nível mundial e nacional realizada entre 1980 e 2010 (figura 1).

Figura 1: Taxa de Envelhecimento em São José dos Campos/SP (2000 - 2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Com projeções de crescimento da taxa de envelhecimento cabe refletir se as políticas públicas e sociais do município atendem às demandas desta população. Nesse sentido, essa seção discorre sobre a utopia e a distopia, pela fala dos idosos, para fazer valer as críticas das cidades reais e as projeções de cidade que se quer alcançar.

Certamente, a população urbana, que experimenta o dia a dia das cidades, tem considerações a fazer sobre ela. Entre desejos e ponderações, todos têm, imagens de uma cidade ideal e da cidade real. A ausência dessa imaginação impediria novas construções sobre o futuro e o passado.

Trazer os idosos para refletirem sobre suas projeções de cidade ideal consiste em um exercício de imaginação, que permite o uso pleno de capacidades profícuas e saudáveis. Reconhecer suas narrativas é uma forma de compreender a lógica social que se sustenta na contemporaneidade e validar a ideia de que o ser humano não existe apenas para aceitar seu destino, e sim para usar a razão e construir o futuro. Validaremos as narrativas de sujeitos comuns, que projetam, na imaginação, os sonhos e esperanças de outros espaços carregados de subjetividades.

Para tanto, utilizou-se a técnica da coleta das histórias de vida de idosos de diferentes regiões da cidade de SJ. O critério de escolha foi baseado no recurso da bola



de neve, em que um participante indica outro. Foi utilizado um roteiro preestabelecido para nortear o diálogo, sem intenção de limitar a fala dos participantes. A coleta de dados foi feita depois da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, com o CAAE 22103019.4.0000.5503. Embora a pesquisa tenha se realizado com 15 pessoas, utilizou-se, de forma qualitativa, as falas mais expressivas sobre os pontos abordados na análise e interpretação das histórias de vida.

O participante da pesquisa (PP1), 70 anos, destacou em seu depoimento o processo cruel de desumanização provocado pelo neoliberalismo, que aniquilou o movimento sindical, a consciência de classe e deteriorou o espaço físico da cidade, com a promoção de loteamento de alto padrão. PP1 é aposentado, com curso superior, foi operário e sindicalista. É autor de livros sobre a origem do sindicato na região do Vale do Paraíba, foi relator e deu seu depoimento na Comissão da Verdade da Câmara de SJC, na sessão que tratou do sindicalismo. Hoje reside no centro da cidade, mas morou muito tempo na periferia, onde militava pelo sindicato.

A narrativa de PP1 expressa sua história de vida, ligada à luta pelos direitos e denúncias pelas injustiças sociais. Para ele, apesar da cidade contar com importantes universidades públicas na área de odontologia e tecnológica, e ter melhorado em termos de infraestrutura, ela carece de cursos públicos na área de Ciências Humanas e Sociais. Para o depoente, essa questão, associada ao fato do município se localizar em área de segurança nacional e ser um dos maiores polos de tecnologia e centro industrial de expressiva tendência neoliberal, impede a consciência de classe e “que as pessoas tenham condições de compreensão do mundo em que vivem, para terem capacidade de intervir para construir um mundo melhor” (PP1, 2020).

A questão da falta de consciência da realidade também aparece no depoimento de duas mulheres negras (PP5, PP8), moradoras de bairros periféricos da região Sul, que mencionaram sobre as diferenças sociais, o racismo e o *apartheid* social. PP5 teve que mudar de cidade para enfrentar o preconceito. Natural de São Lourenço, veio de Minas para trabalhar porque estava incomodada com o racismo de que era vítima. Há 30 anos na cidade, é aposentada com 61 anos, casada, mora em casa alugada, possui ensino superior incompleto, trabalhou em hospitais e setores públicos de assistência básica aos bairros periféricos de SJC. Observou “que tinha muitos jovens que tinham pouca instrução em termo de vida, em termo de realidade, de condições, de política pública que não existia” (PP5, 2020). Criou grupos de adolescentes para dar assistência médica especializada, visando serem multiplicadores da consciência do acesso às políticas públicas e aos direitos sociais.

O envolvimento de PP5 com os jovens é expressão de seu histórico de vida, quando foi acolhida por irmãs de caridade em troca de trabalho. Seu trabalho na periferia possibilitou o contato com uma realidade adversa àquela que sonhava em Minas, ao buscar SJC para residir e constatar que “a desigualdade [social] é muito grande”:

eu saía de um mundo de dificuldade, e chegava em um que parecia que tudo era lindo, maravilhoso e, quando eu voltava, eu falava: ‘Mas não é possível, aqui, se viver com uma situação dessa, esgoto a céu aberto’. Isso na época em que eu fui para lá [Bairro Campo dos Alemães, Região Sul] ainda era assim, esgoto a céu aberto, terra. É uma coisa interessante, eu falo que eu tinha impressão que, quando eu passava do bairro para o Centro era luz, do Centro para o bairro era escuridão, no meu modo de sentir, aquilo me incomodava muito, porque a desigualdade era gritante (PP5, 2020).

Também para PP8 (2020), “SJC é uma cidade racista. É uma cidade que não dá muita vez pro negro”. Essa participante, ativista dos direitos raciais, lamenta o enfraquecimento do movimento negro na cidade. PP5, PP8 e PP6, todos moradores de bairros de baixa renda mencionam a negligência do poder municipal em relação às políticas públicas para atender as demandas das regiões mais carentes: “Ali (no Campo dos



Alemães) é bem sofrido. O governo esqueceu. É como se dissesse: lá não tem mais o que fazer” (PP5, 2020). O Campo dos Alemães aparece na fala de alguns dos participantes como o bairro estigmatizado pela droga e a criminalidade. PP5 também comenta sobre a diferença da abordagem policial nos transportes que ligam bairros de baixa renda da cidade:

o policial mandava todo mundo descer, para ver se não estava com droga. Eu concordo, acho que tem que ter mesmo esse tipo de coisa, mas era só lá no bairro [Campo dos Alemães], porque lá pra frente a gente não via isso.

É um bairro ainda que é mal olhado, o bairro não recebeu ainda essa organização, essa preocupação do poder público, que finge que não vê as coisas.

PP6, líder comunitário, ex morador do Pinheirinho, ocupação irregular que sofreu, em 2012, a mais violenta reintegração de posse do país, hoje morador assentado do bairro Pinheirinho dos Palmares diz:

Nossa cidade é muito desumana [...]. Eles (os prefeitos) deixam esses locais (periferia) sem segurança. Mas parece que é feito propositalmente, né? Tipo assim uma ilha. Quando o poder público vai fazer casas pras pessoas pobres, eles fazem ilha, faz lá no extremo. Pra trabalhar tem que pegar dois bonde, tem que ir longe, então, ficou muito dificultoso. Eu acho que os bairro tinham que ser mais integrado. Eu acho que a cidade ideal pra se viver seria uma cidade mais humana [...]. A pessoa que tá muito longe (do centro urbano), ela vacila com emprego. Dificulta pra eles, sabe? A dificuldade é feita justamente pra eles desistir.

PP6 tem 62 anos, natural do Paraná, onde trabalhou com comunidades de base, aposentado; casado, mora com a esposa e mais dois filhos em casa própria na região Sudeste, onde passou a residir, depois do pedido de reintegração de posse das terras do Pinheirinho (região Sul), onde morava. Possui ensino médio completo e cursos técnicos. Militante nacional do movimento sem Teto, vivenciou a remoção das comunidades do Vidoca, região nobre que hoje acomoda o shopping Colinas, da favela do Regaço e do Pinheirinho. Quando ajudou a fundar o Sindicato dos Correios, onde trabalhou por um tempo. Empregou-se em metalúrgica e virou diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, onde ficou por 20 anos. Ajudou a fundar a Central Sindical e Popular; foi da Executiva Nacional do PSTU depois de ter se desvinculado do PT.

Em seu depoimento, menciona os bairros periféricos como ilhas urbanas, como não lugares. Estes espaços, produzidos pelas diferenças geográficas, são mais do que legados geográficos. Eles são sustentados e reproduzidos por meio de processos sócio político-econômicos que levam em consideração os múltiplos interesses particulares, carregados de considerável dose de controle social. Trata-se, como disse David Harvey, “da racionalidade suprema do mercado *versus* a tola irracionalidade de tudo o que não seja o mercado. [...] Nós, o povo, não temos o direito de escolher o tipo de cidade que vamos habitar” (HARVEY, 2009, p. 205).

Os depoimentos de PP12 e PP14 são elucidativos quando se trata da geografia da exclusão. Esses participantes da pesquisa são moradores do Jardim Nova Esperança, bairro central não regularizado, localizado no Banhado, Área de Preservação Ambiental (APA) desde 2002. PP12 e PP14, que residem há mais de duas décadas em uma área considerada cartão postal da cidade, atualmente sofrem pressão da administração municipal, para venderem suas casas. O espaço, ocupado no início do século XX por descendentes de escravos e indígenas, tem sido pleiteado pela prefeitura, que pressiona a retirada de todos os moradores da área, de alto valor imobiliário. Quarenta e duas famílias aceitaram os termos da prefeitura e deixaram o Banhado, mas PP12 e PP14, se mantêm resistentes.

Sobre a instabilidade da manutenção da moradia, PP12, de 63 anos, argumenta:



Para nós que somos da periferia, que somos uma classe inferior, que mora num lugar que não é legalizado, a gente sempre tem um problema com a prefeitura. Pra gente idoso, é bem dificultoso. Aqui somos esquecidos pela prefeitura, ela não se preocupa com a gente. Melhorias nós não temos nada. A gente tem que fazer, se virar.

O depoimento de PP12 é elucidativo. Apesar de residir no centro da cidade, a moradora do Jardim Nova Esperança se sente isolada e esquecida pelo poder público e nos remete à questão da ilha mencionada por PP6. O que nos leva a refletir que as lutas geopolíticas entre lugares têm sido parte integrante do jogo livre do mercado e das utopias. No enalço das utopias dos segmentos hegemônicos, a favela Nova Esperança aparece como força de resistência à imposição da lógica de mercado, na medida em que privilegia o uso do espaço e o que o torna um lugar, no sentido antropológico.

Os moradores da Nova Esperança, lugar de luta diária pela sobrevivência, carregam consigo a fama do lugar, projetada e reforçada no imaginário social. Por meio dos depoimentos de seus moradores, fica claro que uns têm mais direito que outros, como pode-se perceber na fala de PP14:

Nós temos uma quadra de esporte. A única diversão que nós temos aqui é uma quadra de esporte. Você veja bem, quando vai acontecer uma atividade evangélica, ela (a prefeitura) faz denúncia. Aqui na Avenida Anchieta, na Luiz Jacinto, tem aqueles bar a noite né? Você sabe que aqueles bar lá, eles vai até as 6hs da manhã e ninguém denuncia. Você entendeu? Agora, por que nós pobre aqui, nós morador do bairro não podemos fazer a nossa festa? Pros nossos governantes aqui de São José, todas as periferias, Banhado, Santa Cruz, esses bairros mais humildes, eles criminalizam muito.

PP14 levantou o conceito de igualdade de direito e de direito à cidade, que nos remete a pensar como a cidade é produzida de maneira desigual. O direito a cidade a que se referem os idosos tem a mesma conotação discutida por Lefebvre (2009, p. 117), ao ressaltar que “o direito à cidade se afirma como um apelo, como uma exigência” e não no sentido jurídico, numa demanda moral fundada em princípios de justiça, mas nos direitos à moradia, ao transporte, ao uso dos equipamentos públicos, à participação nas decisões locais, entre outros.

Por morarem em bairro não regularizado e não terem comprovante de residência, muitos moradores do Nova Esperança não conseguem emprego e, quando conseguem, a simples menção do lugar de origem é motivo para declinação do contrato de trabalho. PP12, moradora do Jardim Nova Esperança relata: “Eu já perdi muito serviço [...]. Muitos jovens não conseguem emprego porque moram aqui e aí dão a desculpa de que não estão precisando, mas a gente sabe que, no fundo, é onde você mora”. PP14, morador do Nova Esperança, complementa: “Nós somos completamente esquecidos pelo poder público. A única coisa que o poder público quer de nós aqui é nos tirar daqui, depois transformar isso numa nova cidade. Praticamente o poder público tá tirando de nós o nosso direito de sobrevivência” (PP14, 2020).

Os moradores do Nova Esperança vivem a ambiguidade da inclusão territorial e exclusão social, que acumula deficiências diversas e vulnerabilidade. PP6 e outros participantes comentaram sobre a receita do município e a priorização do governo com as áreas centrais. Os altos investimentos com a recém construída Ponte da Inovação, em região nobre da cidade, foi alvo de comentário de alguns depoentes: “São José é uma das cidades mais ricas do país, o que se espera da cidade é uma cesta básica para as famílias²,

² O participante da pesquisa refere-se às dificuldades da população em situação de vulnerabilidade social em contexto de epidemia de Covid-19.



mas se preferiu gastar com uma ponte, 250 milhões de reais para iluminação [da ponte]” (PP6, 2020).

Com relação aos serviços de atendimento aos idosos, PP7, moradora do Distrito de Eugênio de Mello, líder de bairro, acredita que “SJC oferece muito para os idosos, porém, nem todos têm o conhecimento dos direitos e do que a cidade pode oferecer, porque eles ficam isolados, eles não participam; então, há essa falta de integração talvez por falta de comunicação, de orientação”. Para PP7, a cidade é bem equipada com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Conselho Tutelar, a vizinhança solidária. Na sua concepção, a única coisa que está faltando na cidade é um hospital geriátrico “porque daria maior sustentação ao idoso”. PP7 é bastante ativa, frequenta a casa do idoso, participa de coral, teatro, dança cigana e dança do ventre. Tem 75 anos, é aposentada e viúva, possui casa própria e acredita que “São José é ótima para se viver” e que a prefeitura não faz mais para a população idosa porque recebe muitas pessoas de fora, o que faz aumentar a demanda de serviços públicos.

Sobre as expectativas de cidade ideal para se viver, os desejos não vão além daqueles preconizados na Constituição Federal, em marcos urbanísticos, no Estatuto da Cidade e Estatuto do Idoso. PP14, morador de bairro não regularizado, tem desejos: “que a prefeitura nos desse atenção, vir aqui e legalizar (o bairro) pra gente, fazer um esgoto adequado para gente. Isso é uma parte que toca muito no coração da gente, que é sofredor e depende de salário mínimo, passar por essa dificuldade”. O maior desejo de PP14 é ter comprovante de residência para, dessa forma, conseguir emprego.

PP6 fala de equidade social e igualdade de oportunidade para todos, sem distinção:

Nós (moradores da periferia) não podemos ser melhor do que os outros, temos que ser igual os outros. Nós queremos ônibus, queremos segurança, nós queremos trabalho, pra toda a cidade. Por isso quando eu falo da igualdade eu falo do emprego, de uma cidade mais humana.

A fala de PP6 tem consonância com o que diz Harvey (1999, p. 207), quando ressalta que “as figuras de cidade e de utopia há muito se acham entrelaçadas [...] as utopias, recebiam uma forma indistintamente urbana, e boa parte daquilo que passa por planejamento urbano ou de cidade tem sido infectada por modalidades utópicas de pensamento”. É, no mínimo inquietante o distanciamento da cruel realidade da maioria da população, sobretudo da população idosa, com os direitos preconizados pelos marcos regulatórios. Equidade social, planejamento urbano justo, direito à cidade, à saúde, à educação, à transporte, apesar de serem evocados por dispositivos legais, se manifestam nos desejos dos idosos.

PP1, assim como a maioria dos participantes, não acha que SJC seja um lugar bom para se envelhecer. Para PP1 a cidade ideal para se viver é aquela em que há “distribuição da riqueza social”; a universalização da educação e da saúde pública e o compromisso dos governantes em “atender o conjunto da sociedade”, oferecendo “modelo de habitação para todos”.

Com exceção de duas depoentes, residentes na zona Oeste, área nobre da cidade, os demais reclamaram do transporte coletivo, ora por escassez de ônibus, pelas linhas lotadas, ora pelo desrespeito com os idosos. PP3, viúva de 87 anos, aposentada, moradora na região Norte, em casa própria, também se manifesta: “Hihhh, hoje até idoso está ficando difícil pra andar de ônibus. Estão criticando os idosos”. A participante menciona sobre a demora dos idosos em embarcar no ônibus, sobre o abono do preço da passagem e as poltronas reservadas ao segmento.

PP6 também comenta a respeito da mobilidade urbana:

O transporte coletivo da cidade de SJC é muito precário. SJC tem a condição de ter um transporte coletivo muito melhor, de que é hoje, bem melhor! Tô falando pela capacidade que tem SJC, pela riqueza que tem em SJC, né?



Foi reclamação da maioria dos idosos o serviço de saúde oferecido no município: demora no agendamento de consultas, desrespeito com os idosos, atendimento ineficiente, falta de investimento. Sobre isso, PP10, moradora da região Leste da cidade, viúva, se posicionou: “Nós temos uma UBS no Campos de São José, mas como todas as UBSs, é difícil conseguir algum atendimento digno. Eu acho que os idosos nesse ponto é esquecido”.

Sobre essa questão, as duas moradoras de bairros de renda média e alta (região Oeste), que têm planos de saúde, não se queixaram. Para essas moradoras, a cidade é perfeita para atender às demandas dos idosos: “SJC é a melhor cidade do mundo, a cidade mais bonita, a cidade mais acolhedora, é isso que a gente pensa. Eu acho que a nossa cidade é boa. Eu acho que ela não pode é mudar, se mudar estraga” (PP13, 2020). A contrastante percepção dessas moradoras sobre a cidade, em relação aos demais participantes releva a quem são destinados os direitos à cidade.

A militância política de PP1 e PP6 se mistura com a história pessoal de cada um e com a trajetória dos movimentos sociais (sindicato e MST) em SJC. Pelo desgaste sofrido com as campanhas políticas, PP1 tentou se mudar duas vezes de cidade, mas segundo o participante da pesquisa: “Fez falta o meu povo”. “A minha arma é a palavra, eu sou educador, eu uso a palavra como arma de combate”.

Sobre a sua relação com a cidade, PP1 parece não se identificar com ela, uma vez que ela “tá vivendo no sistema”. Para PP1, “a minha cidade é o mundo” e onde for necessária a sua presença como militante dos direitos patronais: “Eu nunca tive parentes aqui em SJC, mas eu criei uma grande família, era uma família de companheiros, de gente! Eu não conhecia a elite da cidade, não frequentava o lado nobre da cidade, a minha turma era a turma do sindicalismo, do movimento popular. Esse era meu povo! Envolvia família”.

Para PP1, “Falta Marx e o marxismo em SJC, não como instrumento de militância política partidária, mas como instrumento de análise, de necessidades também. De trabalhar com conflito, com contradição. Não se trabalha com isso e parece que isso é pecado!”.

Por ser educador, sociólogo e militante, PP1 tem consciência que o neoliberalismo, o “fim da história”, promoveu o enfraquecimento do movimento sindical e do campo das ideias dissidentes. Para PP1, o fato de SJC não ter uma universidade pública, com formação na área de Ciências Humanas e artes, refletiu na desqualificação da cidade:

As pessoas que vem de fora e mesmo as de dentro, acham a cidade o máximo, que é limpa, que é uma cidade diversa. Tem muita gente que não tem coragem de ir no Campo dos Alemães, esse *apartheid* que existe em um monte de lugar. SJC piorou muito [desde] que cheguei aqui, nos anos 80. Tem um processo cruel, né? SJC é o resultado de uma cidade que cresce caótica e radicalmente. Tem umas discussões que são sofisticadas demais para a cidadania do povão trabalhador, a principal delas, ao meu, é essa do Planejamento Urbano, Lei de Zoneamento. Essa coisa é completamente distante né? O Povão não se envolve, quando muito participa de uma luta por regularização do seu loteamento, esgoto, essas coisas. Não participa dessa discussão, dessa partida capitalista, dessa mais valia que é o acúmulo da riqueza da cidade que gera uma mais valia coletiva.

Para PP1, a não participação da população nos movimentos de contestação das contradições de classe, em parte, é explicada porque SJC alojava, na ditadura, a Escola Superior de Guerra, “que formava cabeças, formava gente, militar e civil de várias regiões do país, que acabava servindo ao interesse privado e ao governo”.

Para PP1, o espraiamento da cidade desumaniza e afeta o seu envelhecimento pessoal, pois, apesar de morar em um prédio bem localizado, no centro, na sua concepção, o lugar é desumanizado: “Nós moramos em SJC, cidade rica, cidade que podia ter uma estrutura de educação pública, de saúde”. O SUS, para PP1 “é uma pérola. Esse conceito que o SUS carrega de universalização deveria estar no plano da habitação, o que pode o maior, pode o menor! Quem constrói o maior, constrói o menor, né?”.



Apesar da comodidade de morar no centro, PP1 percebe que alguns espaços só atendem a segmentos mais abastados, como o espaço do Parque Vicentina Aranha, antigo sanatório para tratamento de doenças pulmonares do início do século XX: ‘Sobre o Vicentina Aranha, por exemplo, o espaço é bom pra quem gosta de exclusivismo, sem preto, sem pobre. Ele é fechado e tem segurança’.

PP2, que teve sua vida envolvida com a Igreja católica, tem orgulho de ter ajudado espiritualmente a Região Norte, onde reside, e ter servido o padre da matriz: “Em Santana, eu ajudava o Padre Luís, ajudava os romeiros a organizar a procissão. A Igreja era minha casa. Minha vida foi servindo o povo”. A questão da mobilidade parece ser o grande problema para PP2. Nesse sentido, ter carro, ou alguém da família que tenha, facilita sua locomoção pela cidade, sobretudo quando precisa de assistência médica.

PP3, viúva, aposentada da cerâmica Weiss, discorda de PP2 e diz que envelhecer na cidade de SJC era melhor no passado, por ter sido uma cidade tranquila e pacata:

Não existia ladrão, vizinhos eram poucos, ninguém roubava. O pessoal andava, a maioria, de bicicleta, carro nem tinha. Agora tem ônibus pra todo o canto. Mas é pior, porque você já pensou que correria, envelhecer com essa correria não é fácil não, viu. Então, foi aumentando a cidade, sabe, aumentando bastante. Hoje, [o bairro], é uma cidade.

Sobre a assistência médica PP4 se manifesta:

Pra mim, é muito difícil (envelhecer em SJC)! Porque eu tenho um monte de exame pra fazer, a saúde aqui é uma porcaria! Cada Prefeito que entra fala que vai fazer isso, vai fazer aquilo e não faz! Tô esperando pra tirar esse negócio aqui (caroço no pescoço). Então, eu não acho que São José é um bom lugar pra envelhecer, não. Porque eu não tenho regalia nenhuma, em matéria de saúde, eu não tenho!

Interessante, na fala dos idosos é como o espaço, o lugar, na concepção antropológica, atrela o indivíduo com as referências de suas condições materiais de existência. Para PP1, a vida se constitui na militância como operário e professor. O espaço abstrato, muito mais que o geográfico, passa a ser referência da dimensão da vida. PP2 fez, do espaço da Igreja, a extensão de sua casa, assim como PP3, cujo espaço da cerâmica Weiss é também parte de seu domínio geográfico: “a minha terra é a da cerâmica para baixo” (PP3). PP4 fez, da Faculdade da Terceira Idade, a sua “segunda casa”.

As projeções de cidade ideal apareceram tangenciadas nas falas dos idosos e se tornam instrumentos para questionar se a maneira que vivemos poderia ou não ser melhorada, estabelecendo comparação da vida no presente com a vida utópica, com apontamento dos equívocos do nosso modo de viver para, então, sugerir o que precisa ser feito para melhorar o quadro da condição real (SARGENT, 2010).

Sobre a cidade ideal, PP1 se manifesta: “As pessoas não podem ficar à mercê do mercado. As pessoas precisam ficar à mercê da sociedade. Tá bom, é capitalismo, mas tem que ter distribuição social da riqueza. O Estado tem que ter esse compromisso de atender ao conjunto da sociedade”.

A cidade ideal, para PP6, é aquela que possibilita condições iguais a todos e que consiga dar fim à invisibilidade social:

Eu não quero o melhor. Eu quero igual! Por isso que quando eu falo da igualdade eu falo do emprego. Falta emprego. Nessa pandemia, tem pessoas que ‘tá’ passando fome, não só no Pinheirinho, na cidade inteira. São pessoas que a prefeitura não vê. Eles são invisíveis aos olhos do executivo e do legislativo também. Cê tem que ter vontade política, se você não tiver vontade política, não adianta!



Cabe aqui uma pequena reflexão acerca do conceito de comunidade, questão trazida por PP6. Para Pierre Dardot e Christian Laval (2017), a base do desafio é o princípio político do comum, que radicaliza a democracia e anseia por novas formas de vida em que mulheres e homens se realizem como seres humanos, uma vez que a história tem nos mostrado que não se pode confiar no Estado como caminho para a justiça social e mesmo na democracia liberal. Nesse sentido, tal proposta coaduna-se com a do artigo: pensar formas democráticas alternativas de reciprocidade em que prevaleça, no campo social, a participação política direta na decisão e gestão do que é posto em comum. As falas dos idosos, participantes da pesquisa, constituem evidências de que democracia política, amparada por instrumentos legais, tem se mostrado insuficiente para o alcance da democracia social.

Sobre o governo em geral e o poder público municipal, PP5 assim se manifesta:

a política deles não é voltada realmente ao trabalhador, ao pessoal mais carente. Parece que está dando esmola. Teve uma melhora [no bairro] mas eu acho que ainda é pouco para uma população que é bem sofrida, ali no Campo dos Alemães, Dom Pedro. É um pessoal que ainda não vive dos direitos que precisariam ter, então os idosos lá, para eles está normal. O governo esqueceu, é como se dissesse, 'lá não tem mais o que fazer', e deixa, e não é verdade né, não é verdade, não tem política pública para essas regiões, não tem.

PP6 tinha como projeto de vida “mostrar para as pessoas de classe média/alta dessa cidade, que tem condições de fazer um projeto social, o que depende é a gente ter vontade e compromisso de fazer”. PP6, ao fazer a crítica à cidade de SJC, acaba se manifestando a respeito da cidade ideal:

Então nossa cidade é muito desumana. Você acaba não conhecendo o seu próprio vizinho, então fica muito difícil. Eu acho que a cidade ideal pra se viver seria uma cidade mais humana, sabe? Com mais local pras pessoas saírem, pras pessoas se divertirem sem ter essa preocupação.

Para PP2, a cidade ideal “tem que ter médico e funcionário da prefeitura para atender as pessoas, porque, às vezes, a gente chega no postinho, qualquer lugar, e não tem funcionários suficientes para atender a família”. PP4 também se manifesta sobre isso:

Eu acho que o idoso deveria ter, ser mais... como é que fala? Ser mais respeitado. Principalmente nos ônibus lotado. Os ônibus quando tem a rampa dos cadeirantes é uma porcaria! Sair à noite só com companhia mesmo. Então eu acho que pelo menos aqui não é legal.

Toda a luta de PP6 em prol do direito de moradia e habitação se resumiu na conquista do tão almejado espaço quando, em 2012, foi removido da comunidade do Pinheirinho. Esse evento se tornou o símbolo de um “massacre urbano”, resultado da ação de reintegração de posse de uma área ocupada irregularmente por 1.800 famílias, marcando a história da cidade e do país. Acomodado no novo espaço, PP6 se orgulha dos equipamentos conquistados para a comunidade reassentada, mas diz que a conquista deve se estender para outros espaços precários da cidade:

Aqui [Pinheirinho dos Palmares], nós temos a melhor escola, uma das melhores creche; temos uma quadra, luz de led no bairro inteirinho. E quando nós chegamos aqui tinha quatro linhas de ônibus, agora, tem doze linhas de ônibus. Então, aqui nós não temos problema de segurança, nós temos um bairro tranquilo. Nós temos nosso CRAS aqui, temos a UBS. Agora, nós não podemos ser melhor do que os outros, temos que ser igual os outros. O que nós queremos pro Pinheirinho, nós queremos pra cidade



inteira! Nós queremos ônibus, queremos segurança, nós queremos trabalho, pra toda a cidade! Pra toda a periferia!

Com relação ao sistema de saúde e ao oferecimento de equipamentos públicos na cidade, PP5 também faz crítica:

SJC é uma cidade considerada grande. Não vou dizer para você que é uma cidade que seja ruim no serviço público, mas poderia ser bem melhor. Demora para marcar uma consulta para um idoso que está com os exames alterados, se o idoso está com o exame alterado, ele tem que ser atendido para amanhã, ela não tem essa preocupação com o idoso, não tem, faz porque é obrigatório fazer. É triste isso, o idoso é mal assistido mesmo, porque ou ele se equilibra para chegar em um patamar sem depender de ninguém, ou ele vai ficar com os filhos, se tiver os filhos, ou vai para um asilo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em aportes históricos e conceituais sobre a questão da utopia e em narrativas de idosos, cujas histórias de vida se confundem com a história da cidade, procurou-se refletir sobre a distância entre a cidade real e a ideal na perspectiva de idosos diversos. Conscientemente ou não, as falas revelam a luta social no embate do capital/trabalho e nas incongruências de formas sociais desiguais de apropriação do espaço. Cada um, em sua individualidade, carrega seu arsenal de memórias e imagens, diferentes vivências na histórica luta social pela sobrevivência.

A pesquisa evidenciou que os idosos não exigem nada além do que é previsto nas diversas leis e direitos sociais que o protegem. Considerando que a utopia se resume ao desejo de uma vida melhor e que os ideais utópicos dos idosos se revelaram de modo bastante afinado aos preceitos normativos, conclui-se que a imaginação de um espaço ideal está mais perto de nós do que se pode imaginar e que essa condição será plausível quando, por meio de vontade política e políticas públicas consequentes, todos tiverem acesso efetivo aos direitos civis, políticos e sociais.

A proposta do artigo foi a de compreender a realidade como experiência de vida e práticas urbanas em suas relações com a tendência ao envelhecimento da população. Cada participante, a seu modo, projeta uma cidade ideal para se envelhecer, ao mesmo tempo em que esse exercício promove a reflexão sobre o espaço em que vive. Os modos de pensamento divergentes dos participantes ordenaram-se pelos fatos da experiência que, a sua vez, formam diferentes sistemas de pensamentos.

Ideal para uns e injusta para outros, a cidade de São José dos Campos, exemplar clássico das dinâmicas estruturais de orientação neoliberal, esboça claramente as agruras do sistema de contradições sociais. Os diferentes quadros de referências dos idosos não são construções abstratas, mas realidade empírica, cujas percepções singulares auxiliam na tarefa de reconstrução dessas dinâmicas e formas estruturais de nossas cidades e, assim, colaborando para encararmos os desafios de análise socioespacial e proposições políticas ao planejamento urbano.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. Envelhecimento e longevidade. In *EcoDebate*, 04/06/2010. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br>. Acesso em: 10 de ago. 2020.

ALVES, J. E. D. Envelhecimento e longevidade. In Portal do Envelhecimento e Longevidade, 30/04/2014. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/envelhecimento-e-longevidade>. Acesso em: 24 ago. 2020.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. São José dos Campos, PNUD, Ipea, FJP. 1991-2010; 2013.



- BELL, D. *The end of Ideology*. Free Press-Macmillan, New York, 1960.
- BOBBIO, N. *A Era dos Direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL, Lei Orgânica da Assistência Social, 1993.
- BRASIL. Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Diário Oficial da República do Brasil. Brasília, DF, 05 jan. 1994.
- BRASIL. Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 03 out. 2003.
- CHAUÍ, M. Notas sobre Utopia. *Cienc. Cult.* [online]. 2016, vol.60, n. spe1, pp.7-12. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?> Acesso em 08 de jul. de 2020.
- DARDOT, P. e LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a Revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ECO, U. História das terras e lugares lendários. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.
- GEETHA, M. Theory of Dystopia Unfolded. *IOSR Journal of Humanities and Social Science (IOSR-JHSS)* Volume 19, Issue 7, July. 2014.
- HARVEY, D. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- IBGE. Censo demográfico. 1960-2010. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). 1997-1999. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2009.
- MACHADO, M. A. N. História da luta pelos direitos sociais dos idosos. In: *GerAções. Pesquisas e Ações em Gerontologia*, 2019.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Bologna: Il Mulino, 1967.
- MORE, T. *Utopia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *World Population Prospects: the 2019 revision*. 2019.
- SARGENT, L. T. *Utopianism*. Oxford University Press, 2010.
- SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Perfil dos Municípios Paulistas. 2019. Disponível em: <https://perfil.seade.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2020.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA – SBGG, 2019. Disponível em: <https://sbgg.org.br/>. Acesso em: 25 mar. 2020.